ATA 01/2022

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

10.03.2022

1 As dezenove horas do dia dez, do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se
2 no Auditório do CREA – Inspeção de Criciúma, a reunião ordinária com os membros do
3 Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma - CDM.
4 Os trabalhos iniciaram às 19h10min, com a presença de 42 (quarenta e dois) membros
5 relacionados na lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Secretário
6 Executivo do Conselho, Sr. Giuliano Elias Colossi, que agradeceu a presença de todos nesta
7 data. O mesmo verificou o quórum mínimo para a realização da reunião. Em seguida foram
8 passados alguns informes aos presentes, como: **Abertura e Informes: Quanto a abertura**
9 **foram apresentados os seguintes assuntos: 1) NOVOS MEMBROS DO CDM:**
10 **REPRESENTANTES DA UABC – União das Associações de Bairros de Criciúma:** Edir
11 João Martins – Bairro Imperatriz; Hugo Nascimento – Bairro Santo Antônio; Graziela Torquato
12 – Bairro 4ª Linha; Fabiana Rodrigues Cardoso – Bairro HG; Fátima Darós – Bairro Próspera.
13 **REPRESENTANTE DO DPS – Divisão de Parcelamento de Solo:** João Paulo Casagrande
14 da Rosa. **REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE:** Anequésselen B.
15 Fortunato. **2) APRESENTAÇÃO DA FREQUÊNCIA GERAL NA PARTICIPAÇÃO NAS**
16 **REUNIÕES DO CDM DE 2014 ATÉ 2021:** No geral e também dividida pela presença da
17 Sociedade Civil e do Setor Público, além da participação por categoria profissional. **3)**
18 **CONSULTA AOS MEMBROS DA POSSIBILIDADE DA CONTINUAÇÃO DAS**
19 **REUNIÕES DE FORMA ON-LINE:** Depois de muitos membros exporem suas sugestões, a
20 grande maioria opinou em realizar as reuniões de forma presencial. Solicitaram ainda, que fosse
21 encaminhado com antecedência os assuntos que serão abordados nos dias das reuniões do
22 CDM. **Quanto aos informes foram apresentados os seguintes assuntos: 1) CALENDÁRIO**
23 **DE 2022: REUNIÕES DO CDM EM 2022: 10/03/2022; 07/04/2022; 12/05/2022;**
24 **09/06/2022; 07/07/2022; 04/08/2022; 01/09/2022; 06/10/2022; 10/11/2022; 08/12/2022.**
25 **OBS: (todas as reuniões serão nas quintas-feiras, a partir das 19h). No Salão Ouro Negro**
26 **– PMC. (OBS2: Em virtude da impossibilidade do uso do Salão Ouro Negro nessa semana**
27 **foi solicitado excepcionalmente o uso do Auditório do CREA). REUNIÕES DAS**
28 **CÂMARAS TEMÁTICAS EM 2022: 24/02/2022 (já realizada); 24/03/2022; 28/04/2022;**
29 **26/05/2022; 23/06/2022; 21/07/2022; 18/08/2022; 22/09/2022; 20/10/2022; 24/11/2022. OBS:**
30 **Todas estas reuniões serão nas quintas-feiras, às 19 horas na SALA DOS CONSELHOS**
31 **– PMC ou às 13h30 de forma virtual. 2. PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DA**
32 **TELEFONIA 5G – 17/02/2022:** ACAT – Smart Cities e Secretaria de Desenvolvimento
33 Econômico do Estado de Santa Catarina. Leilão de 2021 – muito importante para o Brasil e
34 para o desenvolvimento tecnológico como nos países mais desenvolvidos. Escolas e rodovias.
35 2G, 3G e 4G ≠ 5G - o que muda: 1) velocidade maior; 2) conexão de muitos dispositivos em
36 várias “camadas” ao mesmo tempo; 3) confiabilidade na transferência e na comunicação de
37 dados. O 5G (266Hz) vai precisar de mais antenas próximas inseridas na paisagem urbana,
38 sejam nas edificações, mobiliários urbanos, equipamentos de infraestrutura e outros. Quanto
39 maior a cobertura menor a poluição eletromagnética. Há um modelo de projeto de Lei,
40 disponibilizado pela ANATEL, Ministério da Economia e Ministério das Comunicações. Além
41 de um modelo com o sistema de licenciamento mais ágil. Não há mais restrições de
42 impossibilidade de instalação de antenas nas novas leis de uso do solo, o que há, é que quando
43 houver patrimônio arquitetônico ou paisagístico o modelo de antena deve ser analisado para
44 não ser um objeto estranho ao conjunto. Foram apresentadas as informações referentes a

45 cobertura da telefonia celular no Brasil, assim como a abrangência e qualidade do sinal das
46 operadoras TIM, VIVO e CLARO, na cidade de Criciúma. Foram apresentadas as Perguntas
47 feitas naquela reunião: As antigas torres nas áreas urbanas continuarão existindo, em paralelo,
48 com as aprovações dos equipamentos do 5G? 2) Os rooftops? 3) Tecnicamente como deve ser
49 o funcionamento do sistema para uma maior abrangência do sinal, para que essa informação
50 seja levada em consideração no mapa do zoneamento de uso do solo? As quais foram
51 informadas as respostas aos presentes. Foi informada a relação da Atividade de telefonia celular
52 X Zoneamento de Uso do Solo, apresentando as zonas que são proibidas, permissíveis e
53 proibidas para a instalação de torres de telefonia celular. **3) MEMBROS DO CDM –**
54 **ELABORAÇÃO DE NOVO DECRETO:** Foi informado que há necessidade de se elaborar
55 novo decreto com os nomes dos novos membros que foram indicados para a participação no
56 CDM. Sendo por fim, apresentada a composição atual do CDM: representantes do poder
57 executivo e legislativo – 17 membros; representantes de serviços públicos estaduais e/ou
58 federais – 03 membros; representantes dos setores empresariais – 07 membros; representantes
59 das categorias profissionais – 07 membros; representantes das universidades, faculdades e/ou
60 institutos – 03 membros; representantes das ongs e/ou oscips – 02 membros; representantes da
61 união das associações de bairros de criciúma – 10 membros; representantes das regiões
62 administrativas – delegados – 20 membros; representantes do núcleo gestor – 03 membros. Em
63 seguida foi lida a pauta da reunião desta noite: **1º) Aprovação da Ata da reunião anterior;**
64 **2º) Apresentação e votação dos pareceres de 10 processos administrativos referentes à**
65 **Câmara Temática II**. Com relação ao **1º Assunto da pauta**: A ata da reunião passada foi
66 apresentada, não houve pedido de alteração, e pôr fim, foi aprovada nessa reunião pelo conjunto
67 dos membros presentes do CDM. Em seguida deu-se início ao **2º assunto da pauta** referente
68 aos processos administrativos da **Câmara Temática II**, sendo esses: 1) **Processo N° 626729 -**
69 **CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA:** O requerente solicita a correção do
70 zoneamento de uso do solo, em parte do imóvel cadastro n° 983423, localizado na Rua Eder
71 Fernandes Vieira, s/n°, bairro Linha Batista. A área total do imóvel é de 32.812,00m² e a parte
72 em desmembramento e na qual é solicitada a correção da zona de uso do solo é de 12.728,86m².
73 O imóvel está localizado, de acordo com a Lei Complementar n° 095/2012, na zona de uso do
74 solo ZAA (zona agropecuária e agroindustrial) e uma pequena parcela em ZR2-4 (zona
75 residencial 2 – 4 pavimentos), assim conceituadas: “*Art. 154. Zona Agropecuária e*
76 *Agroindustrial (ZAA): corresponde às áreas já ocupadas do município com predomínio das*
77 *atividades agropecuárias, industriais de pequeno, médio e grande porte, assim como o uso*
78 *residencial em médias e grandes glebas.” “Art. 142. Zonas Residenciais (ZR): destinadas ao*
79 *uso residencial exclusivo e não exclusivo, complementado pelo uso comercial não atacadista,*
80 *prestação de serviços, indústrias de pequeno porte e outros usos permitidos e permissíveis,*
81 *definidos no Anexo 10: Tabela dos Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal, sendo*
82 *subdividida em:(...) II - Zona Residencial 2 (ZR2): caracteriza-se pelas condições físicas*
83 *favoráveis à ocupação, com disponibilidade de infraestrutura urbana, permitindo uma média*
84 *densidade populacional integrada às atividades de comércio e serviços.” Quanto as*
85 características, esse imóvel é predominantemente rural, com atividades de pastoreio e está
86 localizado ao lado de uma zona de uso do solo ZR2-4, porém, ainda com ocupação de
87 edificações unifamiliares. No sentido leste, há ainda glebas de características rurais, mas se
88 observa que muitas dessas glebas possuem o zoneamento ZR2-4 em parte das mesmas. Nas
89 proximidades, na Rua das Orquídeas, há conjuntos habitacionais com 04 pavimentos. O único
90 acesso a essa gleba se dá pela Rua Éder Fernandes Vieira. Quanto as ligações viárias desse
91 imóvel para as vias principais, não há uma ligação direta, sendo que haverá a necessidade de se
92 percorrer várias ruas locais para se chegar a uma rua principal. Há previsões de aberturas viárias,
93 mas isso dependerá dos futuros parcelamentos do solo. Em todas as ruas existentes, as mesmas
94 são asfaltadas e há circulação de transporte público. A DPU acredita que a tendência de toda
95 essa área, atualmente zoneada como ZAA, seja incorporada pelo zoneamento de uso do solo
96 ZR2-4, pois, é o zoneamento predominante entre a Rodovia Leonardo Bialecki e a Rodovia

97 Estadual SC 443 (ligação Criciúma – Morro da Fumaça). Mesmo que a princípio sejam
98 aprovados parcelamentos de solo com características para edificações unifamiliares. Porém,
99 com a proximidade da área industrial do Anel Viário, e a proximidade do centro de bairro da
100 Próspera, a tendência também é que haja um incremento na construção de blocos habitacionais
101 para suprir a necessidade de habitações multifamiliares com possibilidade de financiamento
102 público. Portanto, a DPU **deferiu** a solicitação de correção de zoneamento do uso do solo em
103 parte da gleba de cadastro nº 983423, conforme a solicitação do requerente. Foi encaminhado
104 este processo à Câmara Temática de acompanhamento e controle do Plano Diretor para
105 conhecimento, discussão e parecer, a ser apresentado posteriormente ao Conselho de
106 Desenvolvimento Municipal. **Após a apresentação da solicitação do requerente, a Câmara**
107 **Temática II deferiu a possibilidade de correção do zoneamento de uso do solo, em parte**
108 **do imóvel cadastro nº 983423, passando de ZAA (zona agropecuária e**
109 **agroindustrial) para ZR2-4 (zona residencial 2 – 4 pavimentos). Depois de algumas**
110 **discussões, os membros presentes do CDM, aprovaram a decisão da Câmara Temática II,**
111 **deferindo a correção do zoneamento, com 40 votos a favor e 02 votos contrários. 2)**
112 **Processo Nº 629050 - CONSTRUFASE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA:** Nesse Processo
113 Administrativo foi apresentada proposta para a utilização do novo Art. 169, da Lei
114 Complementar Nº 095/2012, para uma melhor qualidade arquitetônica na implantação do
115 empreendimento proposto. A localização do anteprojeto deste empreendimento situa-se na
116 Rodovia Leonardo Bialecki, no bairro Linha Batista, em imóvel com área total de 25.000,00
117 m², cadastro nº 994066. A apresentação desse anteprojeto está de acordo com o Art. 1º, da Lei
118 Complementar nº 391/2021, que dá nova redação ao Art. 169, da Lei Complementar nº
119 095/2012, quanto ao tamanho do imóvel para o desenvolvimento do anteprojeto. “*Art.169. Em*
120 *glebas, a partir de 10.000m² (dez mil metros quadrados) onde não ocorreu parcelamento do*
121 *solo e onde não foi configurada malha viária, poderão ser liberados empreendimentos*
122 *imobiliários verticais diferenciados, com usos, índice de aproveitamento, taxa de ocupação,*
123 *taxa de infiltração, número de pavimentos, recuo frontal e afastamento diferentes dos*
124 *parâmetros urbanísticos básicos estabelecidos neste Plano Diretor.*” Este imóvel localiza-se
125 na zona de uso do solo ZM2-4 (zona mista 2 – 4 pavimentos) defronte a rodovia e ZR1-2 (zona
126 residencial 1 – 2 pavimentos) no interior do imóvel de acordo com a Lei Complementar nº
127 095/2012. O imóvel situa-se nas proximidades da Rodovia Otávio Dassoler (Anel Viário) nas
128 proximidades da zona industrial dessa rodovia. Não possui uso, nem ocupação, sendo uma área
129 de plantação de eucaliptos. Há uma área de APP na parte de trás do imóvel. Foi apresentado
130 para este imóvel um anteprojeto utilizando-se os parâmetros das zonas de uso ZM2-4 e ZR1-2.
131 E segundo a empresa: “*Caso fizéssemos o que o Plano Diretor Municipal permite, poderíamos*
132 *fazer mais unidades habitacionais (396 unidades), as torres ficariam mais próximas e*
133 *consequentemente menos ventiladas e com menor incidência solar.*” Foram apresentadas as
134 solicitações do requerente quanto a excepcionalização dos parâmetros urbanísticos, conforme
135 o §1º, do Art. 2º, da Lei Complementar nº 391/2021, que dá nova redação ao Art. 169, da Lei
136 Complementar nº 095/2012: “**§1º. Para aprovação do anteprojeto deste artigo, o interessado**
137 **deverá submeter ao órgão de planejamento do Município o referido anteprojeto, informando**
138 **exatamente quais parâmetros urbanísticos constantes do caput deseja excepcionalizar,**
139 **justificando cada um deles.**” Sendo essa assim apresentada - **SOLICITAÇÃO: “Conforme**
140 **nosso interesse na área, projetamos para usá-lo todo para blocos residenciais de 4**
141 **pavimentos, totalizando 256 unidades habitacionais.**” Verificamos, que este anteprojeto
142 arquitetônico, **não possui tipologia de volume diferenciada para a utilização como**
143 **solicitado pelo Art. 169**, porém apresenta uma ocupação melhor com a proposta que não utiliza
144 o Art. 169. Todas as vagas de estacionamento são descobertas e ficam fora da edificação.
145 Quanto a área de lazer do condomínio, essa apresenta ser satisfatória, porém não muito grande.
146 Mas há várias atividades de lazer para os futuros moradores, inclusive na manutenção da APP.
147 Não há presença de edificações para uso comercial. A variação de unidades habitacionais é
148 interessante para um público diverso, alvo desse empreendimento e do local que está sendo

149 projetado. Todos os blocos possuem 04 pavimentos, sendo térreo mais 03 pavimentos. Se
150 considerarmos o número de unidades e considerando no mínimo 03 moradores por unidade,
151 podemos prever que a população poderá chegar a 768 moradores. Após a apresentação desse
152 anteprojeto, a **DPU concluí que esse anteprojeto apresentado não se enquadra no novo Art.**
153 **169, devido a possibilidade de melhoria na implantação dos blocos, com um maior**
154 **afastamento do zoneamento industrial, acreditamos que a solicitação de excepcionalidade**
155 **é passível de ser aprovada para o desenvolvimento do projeto arquitetônico definitivo.**
156 Informamos que o se no anteprojeto forem aprovados os parâmetros urbanísticos específicos
157 pelo Conselho, o interessado submeterá o projeto a aprovação do órgão de análise de projetos,
158 que deverá fazer a análise normalmente, excepcionalizando apenas os parâmetros solicitados e
159 aprovados pelo CDM e as demais disposições específicas deste artigo. Nos casos em que o
160 anteprojeto for indeferido na Câmara temática II, o Secretário Executivo do CDM informará do
161 indeferimento ao interessado, cabendo a este optar por eventual alteração do anteprojeto e nova
162 análise da Câmara Temática II ou solicitar o encaminhamento do anteprojeto ao plenário.
163 Independentemente de aprovação pelo Conselho, o projeto deverá atender o código de obras, a
164 legislação ambiental pertinente, além do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV quando não
165 dispensada pela Lei Complementar n.º 221/2017. Como já não houve parcelamento anterior
166 **deverá haver a respectiva doação das áreas de utilidade pública e verde**, não sendo possível
167 dispensar as referidas doações. Devido a excepcionalidade dos projetos que fizerem uso deste
168 artigo, quanto aos critérios urbanísticos, arquitetônicos, funcionais, estéticos, plásticos e
169 conceituais, o CDM possui liberdade na aprovação ou não dos referidos anteprojeto. O
170 requerente deverá obter a aprovação prévia do projeto arquitetônico aprovado pelo Conselho
171 em até 02(dois) anos da data da Resolução do CDM, sendo que, após este prazo, poderá a
172 critério do interessado ser reanalisado e reaprovado pelo Conselho. A contrapartida para
173 aprovação do anteprojeto previsto neste artigo, será calculada conforme valores abaixo,
174 podendo ser paga através de obras de interesse público pelo empreendedor, ou pagamento ao
175 Fundo específico a ser criado por lei: I – Para empreendimentos “futuro” em **ZR1-2 será pago**
176 **1,5% do CUB/SC** por metro quadrado computável dos pavimentos que excederem o permitido
177 pelo Anexo X do Plano Diretor. Esse processo foi encaminhado à **Câmara Temática de**
178 **acompanhamento e controle do Plano Diretor** para conhecimento, discussão e parecer, a ser
179 apresentado posteriormente ao Conselho de Desenvolvimento Municipal. **Após a**
180 **apresentação da solicitação a Câmara Temática II indeferiu o anteprojeto com a proposta**
181 **para a utilização do Art. 169, da requerente. A Câmara Temática II considerou que o**
182 **anteprojeto apresentado não se enquadra nos critérios arquitetônico e urbanístico do Art.**
183 **169. Cabendo ao requerente optar por eventual alteração do anteprojeto e nova análise**
184 **da Câmara Temática II ou solicitar o encaminhamento do anteprojeto ao plenário do**
185 **CDM. Os membros presentes do CDM, aprovaram por unanimidade a decisão da**
186 **Câmara Temática II, ou seja, indeferiram a solicitação. 3) Processo N° 631198 - J.S.**
187 **ADMINISTRAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS LTDA:** O requerente solicita a correção do
188 zoneamento do solo em glebas urbanas com três imóveis, localizados na Rua Luiz Pirolla, entre
189 os bairros São Marcos e Metrópol, sendo esses: matrícula n° 5917 com área de 53.872,83m²
190 divididos em duas áreas, cadastro n° 1005169 e matrícula n° 5915 com área de 41.699,14m²
191 cadastro n° 707585 e matrícula 73524 com área de 252.820,29m² cadastro n° 1000526. Os
192 imóveis estão localizados na zona de uso do solo Z-APA (zona de áreas de preservação
193 ambiental); ZRU (zona rururbana); ZEIRAU (zona de especial interesse da recuperação
194 ambiental urbana); ZM2-4 (zona mista 2 – 4 pavimentos) e ZR1-2 (zona residencial 1 – 2
195 pavimentos). Informamos também que parte dessas glebas está em área de ACP do Carvão,
196 porém essa informação não impede a correção do zoneamento de uso do solo e nem a aprovação
197 de loteamento urbanístico, porém não poderá haver edificações nem movimentação de terra. O
198 requerente solicita a modificação de zoneamento do solo em sua gleba, para ser possível a
199 implantação de **loteamento residencial unifamiliar**, para tanto, solicita que a mesma deveria
200 ser mantida como ZM2-4 (zona mista 2 – 4 pavimentos) defronte ao Rua Luiz Pirolla e corrigida

201 no restante das glebas para ZR1-2 (zona residencial 1 – 2 pavimentos). Quanto a caracterização
202 urbana daquela região, a mesma atualmente é um vazío urbano entre duas áreas já urbanizadas
203 do bairro São Marcos e do bairro Metropol. E essas glebas são cortadas pela Rua Luiz Pirolla,
204 sendo uma importante via de ligação já existente. O crescimento urbano daquela região, com
205 o passar dos anos foi registrando um aumento na implantação de loteamentos residenciais de
206 características unifamiliares. Portanto, a **DPU é de parecer favorável** para a correção da zona
207 de uso do solo nessas glebas, de acordo com a solicitação do requerente, para ZR1-2, mantendo-
208 se a ZM2-4 e a Z-APA. Sendo encaminhado esse processo à **Câmara Temática de**
209 **acompanhamento e controle do Plano Diretor** para conhecimento, discussão e parecer.
210 Posteriormente o parecer deverá ser encaminhado ao **Conselho de Desenvolvimento**
211 **Municipal – CDM**, para deliberação final. **Após a apresentação da solicitação do requerente**
212 **a Câmara Temática II deferiu a possibilidade de correção do zoneamento do uso do solo**
213 **de ZRU (zona rururbana) para ZR1-2 (zona residencial 1 – 2 pavimentos), mantendo-se**
214 **a ZM2-4 e a Z-APA. Depois de algumas discussões, os membros presentes do CDM,**
215 **aprovaram a decisão da Câmara Temática II, deferindo a correção do zoneamento, com**
216 **41 votos a favor e 01 abstenção.** 4) **Processo N° 629051 - CONSTRUFASE**
217 **CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA:** O requerente solicita a correção do zoneamento do solo em
218 imóvel cadastro n° 1011103, localizado na Rodovia Antônio Just, no bairro Primeira Linha
219 Pontilhão, com área de 28.159,15m². O imóvel está localizado na zona de uso do solo ZEIEP
220 (zona de especial interesse de estudos posteriores), de acordo com a Lei Complementar n°
221 095/2012 e Lei Complementar n° 392/2021. O requerente solicita a modificação de zoneamento
222 do solo para a utilização do Art. 169, para ser possível a implantação de Condomínio residencial
223 multifamiliar. Sendo projetado 14 blocos residenciais de 04 pavimentos, totalizando 224
224 unidades habitacionais e 09 salas comerciais com área de 750,00m², com área de lazer para o
225 condomínio com aproximadamente 2.000,00m². Quanto a caracterização urbana daquela
226 região, a mesma atualmente é um vazío urbano, com habitações residenciais esparsas e sítios
227 residenciais, cabe-se informar que todo esse trajeto da Rodovia Antônio Just (Anel Viário) foi
228 reservado para empreendimentos industriais, de serviços, e mesmo habitacionais de caráter
229 inovador e tecnológico, de acordo com a Resolução do CDM e Lei já aprovadas:
230 **RESOLUÇÃO N° 353, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020:** Deferir, a correção do zoneamento
231 nos dois trechos do anel viário, sendo esses: 1°) Trecho do Anel de Contorno Viário entre a
232 Rodovia Sebastião Toledo dos Santos e a Rodovia SC 108, para o uso Industrial ZI-2 (Zona
233 Industrial – 2 pavimentos) e 2°) **Trecho do Anel de Contorno Viário entre a Rodovia**
234 **Governador Jorge Lacerda e a Av. Universitária, para um uso para atividades e usos**
235 **tecnológicos, podendo a mesma ser classificada como Zona de Especial Interesse de**
236 **Estudos Posteriores (ZEIEP), e que nesta ZEIEP deverá ser observado no Art. 149 da Lei**
237 **Complementar n° 095/2012, que essas áreas devam ser reservadas para usos e projetos**
238 **tecnológicos e de iniciativa inovadora**, como registrado em Ata na reunião do CDM de
239 08/10/2020. (LC 392/2021). Portanto, a **DPU é pelo indeferimento** para a correção da zona de
240 uso do solo e utilização do Art. 169 nesse imóvel, conforme anteprojeto apresentado. Foi
241 encaminhado esse processo à Câmara Temática de acompanhamento e controle do Plano
242 Diretor para conhecimento, discussão e parecer. Posteriormente o parecer deverá ser
243 encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM, para deliberação final.
244 **Após a apresentação da solicitação a Câmara Temática II indeferiu a solicitação de**
245 **correção da zona de uso do solo nesse imóvel, uma vez que se trata de zona especial e todos**
246 **os projetos deverão respeitar o que é descrito na Lei Complementar n° 392/2021, houve**
247 **uma abstenção na votação. Os membros presentes do CDM, aprovaram a decisão da**
248 **Câmara Temática II, indeferindo a correção do zoneamento, com 41 votos a favor e 01**
249 **voto contrário.** 5) **Processo N° 632745 - J3 ENGENHARIA LTDA:** A empresa requerente
250 solicita a redução da largura viária da Rua Campina Verde, no bairro Demboski, uma vez que
251 se trata de uma solicitação também do 1° Registro de Imóveis de Criciúma, para ser possível a
252 inserção de medida à Oeste, na matrícula n° 9.422, dito Lote 10, da Quadra C, do Loteamento

253 Ana Paula. A Rua Campina Verde possui largura viária de 15,00m (trinta metros) no mapa do
254 Sistema Viário de 1999, que segue a aprovação do loteamento Ana Maria de 1978. O referido
255 loteamento teve a sua aprovação em 26/06/1978, de propriedade de Emp. Imobiliário Predilar.
256 No seu traçado original aprovado, o sistema viário contemplava as vias com largura de 15,00m
257 (quinze metros), ocorre que a implantação não foi executada de acordo com o aprovado, no
258 decorrer do tempo as ruas foram abertas e pavimentadas com largura de 12,00m (doze metros),
259 havendo também lotes ocupados de forma diferente do projetado, tornando irreversível a
260 manutenção da largura de 15,00m nos dias atuais. Para tanto, o requerente informa que a partir
261 do levantamento planimétrico e cadastral, constatou-se que a gleba original tem área menor.
262 Portanto, para a inserção de medidas no lote cadastro nº 19821, há necessidade de redução da
263 largura viária. **A DPU não vê nenhum impedimento com essa redução de largura viária,**
264 uma vez que todas as ruas daquele loteamento já possuem e respeitam as larguras de 12,00m
265 (doze metros), porém, a princípio deferimos a redução da largura viária da Rua Campina Verde.
266 Foi encaminhado este processo à Câmara Temática de acompanhamento e controle do Plano
267 Diretor para conhecimento, discussão e parecer, a ser apresentado posteriormente ao Conselho
268 de Desenvolvimento Municipal. **Após a apresentação da solicitação do requerente, a**
269 **Câmara Temática II deferiu a possibilidade de redução da largura viária da Rua**
270 **Campina Verde de 15,00m (quinze metros) para 12,00m (doze metros), para a inserção**
271 **de medidas no lote cadastro nº 19821. Os membros presentes do CDM, aprovaram por**
272 **unanimidade a decisão da Câmara Temática II, ou seja, aprovaram a redução da largura**
273 **viária da Rua Campina Verde.** Após o término dos assuntos desta reunião, foi agradecida a
274 presença de todos nesta reunião e a mesma foi encerrada tendo o seu término às 20h e 40min.
275 Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Bruna Napolini Magagnin, lavrei a
276 presente Ata, e posteriormente revisada por Giuliano Elias Colossi, que depois de lida e
277 aprovada, será por todos os presentes assinada.